

BOLETIM 295

Brasília, 14 de fevereiro de 2017

CONTRICOM integra Fórum de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS)

A CONTRICOM, através do seu presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho, passou a integrar, após reuniões na Procuradoria -Geral do Trabalho, em Brasília (DF) a Coordenação Colegiada do Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS), do Ministério Público do Trabalho (MPT).

A Coordenação Colegiada possui 16 integrantes (veja relação na sequência) e, em novo encontro realizado ontem (13), na sede do MPT, foi definida uma agenda de trabalho em relação às reformas da Previdência e Trabalhista.

O Fórum decidiu, por unanimidade, solicitar a retirada do Projeto de Lei (PL) nº 6.787/2016, que trata da reforma trabalhista. De acordo com estudo realizado pelo Ministério Público do Trabalho, as mudanças na legislação trabalhista propostas pelo governo federal contrariam convenções internacionais firmadas pelo Brasil, tais como a que prevê a ampla discussão de medidas que afetam a sociedade.

CONTRICOM – Durante a reunião, o presidente Mazinho sugeriu e foi aprovada o convite aos presidentes e relatores das duas comissões especiais que tratam, respectivamente, das reformas da Previdência e Trabalhista para



Integrantes do MPT, do movimento sindical e de outras entidades discutem as ações do FIDS



Mazinho (segundo à dir.) e Calixto (terceiro à dir.), durante a reunião com o MPT em Brasília

se reunirem com o Fórum, na sede do MPT, com o objetivo de aprofundar o debate sobre as duas matérias.

Mazinho enfatizou, também, a importância de um trabalho de base junto aos parlamentares. “Atuar em Brasília é importante, mas muito mais efetivo é o contato com os deputados nos seus estados e regiões de origem, pois as eleições estão próximas e eles são mais sensíveis aos contatos que acontecem na sua base eleitoral”, afirmou o dirigente.

O presidente da CONTRICOM também concordou com o presidente da CNTI e da Nova Central, José Calixto Ramos, que sustentou a



necessidade de uma proposta alternativa, no caso, um substitutivo, para cada uma das reformas, pois essa estratégia pode ser necessária. Mazinho destacou, por exemplo, a necessidade de unificar os regimes público e privado da Previdência Social. Foi informado na reunião a iniciativa de alguns parlamentares de apresentar emendas. Só o deputado Paulinho, da Força Sindical, estaria preparando 300 emendas ao texto da reforma da Previdência.

ANFIP - Na reunião de ontem, presidida pelo procurador-chefe do MPT, Ronaldo Fleury, a Associação Nacional dos Fiscais da Previdência - ANFIP, através do auditor Floriano Martins de Sá Neto, fez uma ampla explanação sobre a proposta de mudança no setor previdenciário, demonstrando as repercussões negativas para a sociedade brasileira.

Floriano informou, também, que, em dez anos, por falta de vontade política dos governos, o número de auditores fiscais, responsáveis pela fiscalização da arrecadação previdenciário, caiu de 4 mil para 400 profissionais. O representante da ANFIP demonstrou, também, em números a falácia propagada pelo governo de que há déficit na Previdência. Segundo ele, isso é feito deliberadamente para justificar a reforma que suprimirá direitos e conquistas históricas, não apenas de aposentados como também de pensionistas.

Floriano abordou também o impacto negativo da reforma pretendida pelo governo nos municípios brasileiros. Segundo ele, a economia de muitas cidades e regiões gira em torno das aposentadorias e, principalmente, pensões.

DIAP – Já o consultor técnico do DIAP, André Santos, apresentou informações sobre a tramitação das duas reformas – a previdenciária e

a trabalhista – no Congresso Nacional, destacando a pressa com que o governo e as lideranças de sua base estão tendo para aprovar os projetos governamentais.

Lembrou, por exemplo, a reforma previdenciária tramita em regime de urgência e, após cinco sessões da Comissão Especial que analisa a matéria, estará em condições de ser submetida a plenário, o que pode acontecer já no mês de março. O obstáculo para o governo é que, em se tratando de proposta de emenda constitucional, terá que ser aprovada pelas duas casas do parlamento com quórum qualificado.

Os membros do Fórum também definiram, em reunião anterior, o regimento e sua organização Interna, bem como discutiram sobre o calendário de mobilização unificada. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) será responsável pela secretaria-executiva, que organizará as atividades da plenária e da coordenação colegiada. A proposta do fórum é realizar reuniões ordinárias uma vez por semestre e reuniões extraordinárias sempre que for necessário.

O Fórum foi instituído no dia 24 de janeiro, por meio da Carta em Defesa dos Direitos Sociais, para promover a articulação social em torno das propostas legislativas sobre a reforma trabalhista e previdenciária, por meio da articulação do Ministério Público do Trabalho (MPT) e representantes de 29 entidades, entre centrais sindicais, confederações, federações, sindicatos e associações.



Segue abaixo a composição da Coordenação Colegiada:

1. Ministério Público do Trabalho (MPT)
2. Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) – Secretaria Executiva
3. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)
4. Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait)
5. Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat)
6. Fórum de Terceirização
7. Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat)
8. Central Única dos Trabalhadores (CUT)
9. Nova Central Sindical de Trabalhadores
10. Força Sindical
11. Central Dos Sindicatos Brasileiros (CSB)
12. Central Sindical e Popular (CSP Conlutas)
- 13. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (CONTRICOM)**
14. Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC)
15. Intersindical
16. Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL)
17. União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Conheça a íntegra da Carta em defesa dos direitos sociais

As Instituições, Centrais Sindicais, Confederações, Federações, Sindicatos, Associações abaixo assinadas, reunidas em Brasília, no dia 24 de janeiro de 2017,

considerando o atual momento político, econômico e social vivenciado pelo Brasil e a proliferação de iniciativas legislativas de largo impacto na vida das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros, VIMOS A PÚBLICO:

A) RECONHECER que o Brasil vive uma grave crise econômica e os trabalhadores têm sofrido os efeitos da retração da atividade produtiva no país. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em dezembro do ano passado, há mais de 12 milhões de pessoas em busca de ocupação, maior registro da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). O desempenho da economia em 2016 e as projeções feitas para 2017 não apontam para uma alteração substancial do quadro de forma que seja possível identificar a retomada da atividade econômica e, conseqüentemente, da geração de empregos.

B) RECONHECER, dessa forma, que a atual conjuntura exige a adoção de medidas que sejam eficazes para viabilizar o crescimento da economia.

C) CONVIR que os direitos sociais, aí incluídos os trabalhistas, não devem ser compreendidos como obstáculo ao desenvolvimento do país. Pelo contrário, tratam-se de relevantes instrumentos, conquistados por meio de lutas históricas de trabalhadoras e de trabalhadores, que estabelecem condições para que as riquezas criadas pela sociedade possam ser distribuídas de forma mais equânime e que seja garantida uma vida digna a todas as pessoas.

D) DESTACAR que, além de não contribuir para o crescimento econômico, pelo seu potencial de fragilização do mercado interno, como atestam os estudos realizados por organismos



internacionais que analisam experiências realizadas em contextos semelhantes em outros países, o enfraquecimento dos direitos sociais terá como efeito imediato a ampliação do constrangedor nível de desigualdade social verificado no Brasil.

E) REVELAR sua preocupação quanto à forma pela qual medidas com forte impacto na vida das trabalhadoras e dos trabalhadores do país têm sido divulgadas pelo Governo Federal e colocadas em trâmite no Congresso Nacional, a exemplo da reforma trabalhista e da reforma da Previdência.

F) PONDERAR que, se o objetivo da modificação de direitos sociais em contexto de crise econômica é de aperfeiçoá-los, de forma a tornar a sua aplicação mais justa, é da maior importância que as propostas não tramitem sem que seja promovido um grande e profundo debate com toda a sociedade, nos termos da Convenção nº 144 da OIT, de maneira a permitir que todos os setores interessados possam dar contribuições.

G) DESTACAR sua convicção da necessidade de se fortalecer as entidades e instituições que se dedicam à proteção dos direitos sociais das trabalhadoras e dos trabalhadores, a exemplo das entidades sindicais, da Auditoria Fiscal do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, da Justiça do Trabalho, entre outras.

H) AFIRMAR o profundo comprometimento com a efetivação dos direitos sociais no Brasil, com o objetivo de assegurar a dignidade a todas as trabalhadoras e a todos os trabalhadores que contribuem com a construção da riqueza do nosso país, não se aceitando retrocesso dos direitos trabalhistas e previdenciários.

I) REAFIRMAR o seu interesse em discutir de forma conjunta as matérias que afetam os interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros no Congresso Nacional, especialmente as propostas legislativas referentes à prevalência do negociado sobre o legislado, à flexibilização da jornada de trabalho, à instituição da jornada intermitente, ao regime de trabalho em tempo parcial, à representação de trabalhadores no local de trabalho, ao trabalho temporário, à terceirização, à redução do conceito de trabalho escravo, ao ataque às Normas Regulamentadoras, à reforma previdenciária, além de outras matérias afins.

J) CONSTITUIR o Fórum Interinstitucional de defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social para promover a articulação social em torno das propostas legislativas acima citadas.

Ministério Público do Trabalho
Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
Associação Latino-americana dos juízes do Trabalho
Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas
Asociacion Latinoamericana de Abogados Laboralistas
Universidade de Brasília – Faculdade de Direito
Fórum Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Terceirizados
Central Única dos Trabalhadores
União Geral dos Trabalhadores
Força Sindical
Nova Central Sindical dos Trabalhadores
Central dos Sindicatos Brasileiros
CSP Conlutas



Intersindical
Fórum Sindical dos Trabalhadores
Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário
Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
Confederação Nacional das Profissões Liberais
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade
Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços
Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos
Confederação Nacional dos Trabalhadores Gráficos
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios
Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região
Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo
Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região

Fonte: MPT/Comunicação CONTRICOM

MPT e lideranças discutem nota técnica sobre ação do movimento sindical

Antes da reunião do Fórum, algumas lideranças sindicais, entre as quais o presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, reuniram-se com o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Angelo da Costa, e com o procurador do Trabalho, Renan Kalil, com o objetivo de discutir a Nota Técnica emitida pelo MPT que chega a qualificar de “bandidos” integrantes do movimento sindical em razão dos conflitos resultantes das ações da Procuradoria do Trabalho quanto às cobranças das taxas assistenciais por parte dos Sindicatos.

O presidente da ANPT esclareceu, na ocasião, que não poderia, isoladamente, manifestar-se sobre a Nota, mas comprometeu-se a discutir o assunto no mesmo colegiado que a emitiu, de modo a deixar claro que a referência dirigia-se a alguns sindicalistas e não ao movimento sindical como um todo. “Ficou claro a necessidade dos procuradores esclarecerem a questão e separarem o joio do trigo, pois eles, como nós, sabem que a grande maioria dos sindicatos brasileiros são integrados por dirigentes sérios e comprometidos com os trabalhadores”, afirmou Mazinho.

Representantes da Nova Central, CUT, Intersindical, UGT e CSPB participaram do encontro, além da advogada Zilmara Alencar, que assessora das confederações nacionais de trabalhadores, e a dra. Ana Cláudia, da ANPT.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Comissão da Reforma Trabalhista define cronograma de trabalho

A Comissão Especial da Reforma Trabalhista reúne-se nesta terça-feira (14), às 14h30, no plenário 13, para definir o roteiro dos trabalhos e votar os requerimentos em pauta.

A reforma encaminhada pelo governo (PL 6787/16) prevê a validade do negociado sobre o legislado em relação a alguns pontos, como parcelamento de férias, participação nos lucros da empresa e cumprimento da jornada limitada a 220 horas.

Ainda na terça-feira, os deputados vão eleger o segundo e o terceiro vice-presidentes do colegiado. Instalada na última quinta-feira (9), a comissão é presidida pelo deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) e tem o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) como relator.

Tramitação - Marinho estima que o relatório seja votado na comissão até julho. De acordo com o Regimento Interno da Câmara, o relator tem dez sessões de Plenário para apresentar seu parecer.

A decisão do colegiado sobre a matéria é conclusiva, exceto se houver recurso para apreciação em Plenário. O deputado Weverton Rocha (PDT-MA), no entanto, já apresentou requerimento à comissão em que pede que a proposta também seja discutida no Plenário da Câmara.

Fonte: Agência CÂMARA



Antes da sessão no Senado, os aposentados fizeram uma manifestação na Esplanada

Protestos marcam sessão pelo Dia do Aposentado

A sessão especial em homenagem ao Dia do Aposentado, realizada no Plenário, nesta segunda-feira (13), ganhou caráter de protesto contra a proposta de reforma da Previdência Social. O tom foi de revolta contra as medidas previstas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, além de contestação da existência de déficit no sistema. Muitos oradores acusaram o governo de querer sacrificar os trabalhadores para garantir mais recursos para os juros da dívida pública.

A PEC, nesse momento analisada em comissão especial na Câmara dos Deputados, fixa idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres. O projeto também eleva o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 25 anos. Para se aposentar com 100% do salário, será preciso contribuir por pelo menos 49 anos. Com regras de transição para homens com mais de 50



anos e mulheres com mais de 45 anos, as regras valem para o setor público e privado.

Solicitada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que também dirigiu os trabalhos, a sessão contou com a presença de dirigentes de centrais sindicais e associações de trabalhadores em atividade e aposentados, tanto do setor público quanto do privado. Também participaram representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), entre outras entidades.

O Dia Nacional do Aposentado foi instituído pela Lei 6.926/81. A data é comemorada em 24 de janeiro, dia em que foi aprovada a Lei Eloy Chaves, em 1923, que criou a Caixa de Aposentadoria e Pensão, que deu origem à Previdência Social. Por conta do recesso parlamentar, o evento foi proposto para fevereiro.

Fonte: Agência SENADO

Reforma da Previdência acelera ações e leva sindicalismo à Brasília

Sob pressão do grande capital, o governo Temer apressa a tramitação da reforma da Previdência, levando o sindicalismo a acelerar as ações de resistência contra a PEC 287/2016. A Comissão Especial na Câmara que vai analisar o texto já funciona, foi instalada na quinta (9). E é com essa Comissão que o movimento sindical passa a tratar, a partir desta terça (14).

Hoje, às 14 horas, as Centrais Sindicais estarão em Brasília para corpo-a-corpo com os 30 membros da Comissão Especial. Para Adílson

Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil) não há tempo a perder. “Não só temos que agir de pronto como chegar à Comissão falando a mesma linguagem, ou seja, de que não aceitamos corte em direitos e garantias”, ele diz.

Segundo o dirigente da CTB, há várias iniciativas que se opõem à PEC governista, entre elas as emendas do deputado Paulinho (SD-SP) e também substitutivo de entidades da sociedade civil, coordenado pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) nacional.

A iniciativa já conta com apoio da Nova Central Sindical dos Trabalhadores. Em nota, a entidade explica: “No momento, o Substitutivo apresenta-se como uma saída viável para se contrapor à PEC. Eventuais Emendas soltas dificilmente serão acatadas, em função do esforço do governo em aprovar essa trágica Reforma Previdenciária contida em sua PEC”. Diz, ainda: “concluímos que o mencionado Substitutivo engloba propostas que garantem a função social da Previdência, contemplando e preservando direitos históricos dos trabalhadores”.

DIAP - A Agência Sindical também ouviu Antônio Augusto de Queiroz (Toninho), dirigente do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). Experiente no que diz respeito às tratativas e encaminhamentos dentro do Congresso Nacional, ele alerta que as Comissões já estão instaladas, sob orientação cerrada do governo, que tem franca vantagem na composição. Ele observa que “as comissões obedecem o critério de representatividade de cada partido, e nisso a base governista tem ampla vantagem”.

Substitutivo - Segundo Toninho, o substitutivo das entidades, com a OAB Nacional,



embora mantenha a mudança da idade mínima, avança ao propor que mudanças só sejam aplicadas a quem ingressar no mercado de trabalho. Ele também considera positivo que o texto “não só mantém o princípio do Estado de bem-estar social da Constituição de 1988, como também acrescenta princípios que reforçam as garantias da nossa Constituição”.

Dia 22 - Está mantida, de todo modo, a ação concentrada das Centrais em Brasília, dia 22, quando as entidades tratarão das reformas com os presidentes da Câmara e Senado e também as lideranças partidárias.

Fonte: Agência Sindical

Paim anuncia que apresentará substitutivo à reforma da Previdência

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou nesta segunda-feira (13) em Plenário que apresentará na próxima semana um substitutivo global à proposta de Reforma da Previdência encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional.

Ele afirmou que as centrais sindicais, federações e confederações de trabalhadores devem se reunir, nesta terça-feira (14), em São Paulo, para definir como e quando será a mobilização nacional para lutar contra a proposta do governo Temer, que ainda tramita na Câmara.

Para ele, o que provocará a quebra da Previdência Social é justamente mudança das regras de aposentadoria proposta pelo governo. Os trabalhadores que já cumpriram os requisitos

"correm para se aposentar", movimento que pode gerar mais despesas para o sistema, enquanto os mais jovens já questionam a necessidade de contribuição para a previdência pública, pois acreditam que jamais conseguirão se aposentar com as regras propostas pelo governo, disse Paim.

Paim pediu que o governo retire da pauta do Congresso a proposta de reforma da Previdência e inicie, imediatamente, uma ampla discussão nacional. Ele citou pontos da reforma que prejudicam os trabalhadores, como a aposentadoria de homens e mulheres com a mesma idade e a necessidade de contribuir por 49 anos para que se possa ter direito ao benefício integral.

Quanto à reforma trabalhista, Paim criticou os que dizem que a retirada de direitos poderá estimular a geração de empregos e assegurar os já existentes. Para o senador, a retirada de direitos, na verdade, faz aumentar a desigualdade social. O que mostra que o que pode ser bem-sucedido em um país não é necessariamente bom para o Brasil.

Fonte: Agência Senado

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)